

Educação Infantil: construindo o presente

MIEIB. Movimento Interfóruns de Educação Infantil.
Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002, 200 p.

Sueli Helena de Camargo Palmen *

Este livro é fruto dos encontros do MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil, que desde 1999 vem desenvolvendo ações que marcam a luta pela efetivação dos direitos da criança e seu reconhecimento como *sujeito de direitos*, entre os quais o seu direito à educação.

A obra está organizada em 16 capítulos, cada qual escrito por representantes dos fóruns de educação infantil das diversas regiões do País (Acre, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Bahia). Portanto, cada capítulo traz consigo as peculiaridades dos fóruns do Estado que o produziu, abordando os eixos temáticos discutidos nacionalmente, entre os quais as questões referentes à formação do profissional de educação infantil, a busca por uma política educacional coerente e a questão do financiamento da educação infantil.

Por meio deste livro busca-se não apenas chamar a atenção das autoridades, tanto do executivo quanto do legislativo, para o cumprimento da legislação através de ações concretas, mas também levar as demais organizações sociais e o meio acadêmico a discutir essas questões, buscando formular novas políticas e definir estratégias adequadas à educação infantil.

O Grupo Gestor do MIEIB abre o 1º. capítulo contextualizando o processo de formação desse movimento a partir da união dos fóruns de educação infantil das diversas regiões do Brasil. Este capítulo apresenta os princípios básicos do MIEIB (enquanto movimento não institucionalizado) e os critérios norteadores de suas ações em prol aos direitos da criança e em defesa de uma educação infantil como um campo multidimensional, interdisciplinar e em constante evolução.

A *Responsabilidade Social com a Educação Infantil no Brasil* é abordada no 2º. capítulo pela coordenadora da área educacional da Fundação Orsa, devido não apenas à efetiva participação dessa fundação na defesa dos direitos das crianças por meio de programas que buscam fortalecer as políticas públicas destinadas à infân-

* Mestranda da Faculdade de Educação – Unicamp e professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas. spalmen@unicamp.br

cia, mas também por colaborar técnica e financeiramente como o MIEIB, demonstrando a mobilização das organizações não-governamentais em torno da questão da infância.

As discussões do Fórum de Educação Infantil do Estado do Acre sobre a temática “Educação Infantil enquanto direito” são apresentadas no 3º. capítulo, abordando os avanços da legislação brasileira no que se refere à educação infantil e a importância que essa vem assumindo no âmbito das políticas públicas. As diretrizes que orientam os sistemas de educação infantil a partir da LDB – Lei nº. 9394/96, bem como considerações sobre a situação atual do atendimento nas Instituições de Educação Infantil, também são ali relatadas.

O Fórum Catarinense de Educação Infantil vem, no 4º. capítulo, discutir *A infância no papel é de papel: as duas faces da nova LDBEN*. Pontuam-se as lutas pelos direitos da criança à educação infantil desde a década de 80, durante o processo da elaboração da Constituição de 1988 e em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, votada no Congresso Nacional em 1996. O artigo aborda os avanços e retrocessos presentes no texto da nova LDBEN e discute as ações do Estado enquanto ações de um Estado mínimo, com políticas sociais pautadas em programas sociais emergenciais, nos quais o direito da criança à educação infantil fica apenas no “papel”.

Já o Fórum Permanente de Educação Infantil do Espírito Santo discute, no 5º. capítulo, a educação infantil no âmbito das políticas educacionais, pontuando o permanente questionamento sobre a sua função social, revelando e destacando a urgência da construção e consolidação de sua identidade.

A formação dos profissionais da educação infantil, enquanto um dos eixos temáticos que fundamentam a luta por uma Política de Educação Infantil, é um dos aspectos mais discutidos neste livro. Essa discussão é realizada pelos Fóruns do Mato Grosso do Sul (capítulo 6), de Pernambuco (capítulo 7), do Rio Grande do Sul (capítulo 8) e pelo Fórum Paulista (capítulo 9).

A formação de professores para a Educação Infantil, em suas perspectivas atuais, é apresentada pelo Fórum Permanente de Educação Infantil do Mato Grosso do Sul, e destacada, ao longo do texto, como um dos pontos nevrálgicos que envolvem a discussão sobre a educação infantil no Brasil. Este fórum nos indica a necessidade de pensarmos a formação em serviço como um “*continuum*” e a necessidade de estruturarmos políticas de formação não só em nível superior, como prevista em lei, mas também em nível médio, pois, num país como o Brasil, são múltiplas as realidades de formação do profissional de educação infantil.

O Fórum em defesa da Educação Infantil de Pernambuco, através do texto *Colóquio sobre identidade e formação de professores de Educação Infantil em Pernambuco*, destaca a feminização da profissão, abordando as questões sociohistóricas que desencadearam essa realidade.

Assim como indicado pelo fórum sul-matogrossense, o fórum pernambucano indica a necessidade de se revalorizar a formação em nível médio, considerando que o próprio Estado brasileiro não tem sido capaz de implementar a efetivação dos direitos à Educação Básica para todos os brasileiros.

Na mesma linha, o Fórum de Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul, com o artigo *Identidade e formação da professora de Educação Infantil*, também discute o processo de escolarização feminina, a inserção da mulher no mercado de trabalho na área de educação e cuidado da criança, apontando-nos o processo sociohistórico no qual se constrói a identidade profissional “Professora de educação infantil”.

A experiência gaúcha também nos traz a participação das universidades (pública e privada) na qualificação das pessoas que atuam junto às crianças de 0 a 6 anos, através de parcerias junto às prefeituras, indicando-nos a superação daquelas propostas tradicionais que remetiam o profissional da educação infantil à questão da maternagem.

O Fórum Paulista de Educação Infantil indica a urgência de formação específica para todos que trabalham em instituições de educação infantil, principalmente com a integração da educação infantil junto ao Sistema Educacional do País. Este fórum enfatiza que, ainda hoje, muitos profissionais não têm sequer o ensino fundamental completo e nem formação adequada para lidar com as especificidades da faixa etária com que irão trabalhar. Alerta, também, para o fato de que muitos cursos de magistério e de nível superior enfatizam apenas a formação do profissional para o ensino fundamental. Portanto, é urgente a formação profissional que respeite as especificidades da educação infantil, em que o educar e o cuidar são indissociáveis. Entretanto, é preciso pensar estratégias que não marginalizem os profissionais que ainda não tiveram a formação adequada, propondo possibilidades de formação em serviço, educação continuada, convênios e parcerias com universidades que propiciem a aquisição desses requisitos.

O 10º. capítulo apresenta o Fórum de Educação Infantil do Paraná, que pontua a necessidade de refletirmos as propostas pedagógicas para a criança pequena, retomando a idéia de que “toda proposta pedagógica contém uma aposta” (KRAMER, 1999) e não deve caracterizar-se como monolítica, pois se trata de uma luta coletiva a favor da infância e da qualidade do atendimento nas instituições de educação infantil.

A questão da regulamentação da educação infantil é tratada no 11º. capítulo pelo Fórum Mineiro de Educação Infantil, que destaca ser essa etapa da educação a que mais tem sofrido mudanças em termos legislativos, mas ainda necessita de regulamentações que garantam a qualidade do atendimento, tanto na esfera privada, quanto na pública. Assim, o texto traz a discussão sobre quais os pontos passíveis de regulamentação pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

A integração da educação infantil no Sistema de Ensino é abordada pelo Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal, no capítulo 12, que nos alerta para o fato de que, com essa integração, a educação infantil passa a representar a primeira etapa da Educação Básica e, para tanto, deve responder sistemicamente às estruturas dos órgãos gestores da educação que regem qualquer organização formal.

As políticas públicas para a educação infantil no Brasil, bem como alternativas para sua gestão e financiamento, são o foco da discussão realizada pelo Fórum de Educação Infantil do Ceará, no capítulo 13 e pela Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Infantil do Pará, no capítulo 14. Ambos discutem e denunciam as ações de políticas neoliberais quando a questão é a infância. Políticas de um Estado mínimo são relegadas à educação infantil, “irmão caçula e pobre do sistema educacional brasileiro” (ROSEMBERG, s/d). A necessidade de formação do profissional de educação infantil considerando as especificidades desse campo e a necessidade de recursos próprios para a área, não pautados numa política redistributiva – como tem acontecido com a implantação do FUNDEF –, são questões focadas pelos referidos fóruns.

Dando continuidade à questão do financiamento da educação infantil, no penúltimo capítulo temos o Fórum de Educação Infantil do Rio de Janeiro, com uma reflexão sobre as políticas de parcerias voltadas à educação infantil e destacando a tendência para transferir-se, para as organizações da sociedade civil, a responsabilidade da oferta da educação infantil, através de programas de baixo custo e de natureza comunitária, filantrópica e de velhas parcerias historicamente já fracassadas, como o programa “mãe crecheira/ creche domiciliar”.

O livro finaliza trazendo-nos, no seu 16º. capítulo, orientações sobre os fóruns regionais de educação infantil e explicitando-nos a natureza do MIEIB.

Enfim, o leitor pode conhecer o MIEIB¹ como uma estratégia prioritária para que professores, pesquisadores, profissionais e militantes da educação infantil possam atuar através da discussão e reflexão coletiva, buscando a transformação junto às contradições do mundo social.

Referências bibliográficas

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org.) *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 1999, p. 165-183.

ROSEMBERG, Fúlvia. O estado dos dados para avaliar políticas de Educação Infantil. In: *Estudo e avaliação educacional*. Fundação Carlos Chagas – jul/ dez n. 20 – s/d.

1. Para maiores informações sobre o MIEIB, o mesmo disponibiliza o e-mail da sua secretaria executiva instalada no Rio de Janeiro – RJ. omeprj@alternex.com.br